

A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL COMO MEIO DE RECEBIMENTO DE DÉBITOS: A EFICÁCIA DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR INTERMÉDIO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA NO RECEBIMENTO DE DÍVIDAS

EXTRAJUDICIAL NOTIFICATION AS A MEANS OF COLLECTING DEBTS: THE EFFECTIVENESS OF EXTRAJUDICIAL NOTIFICATION THROUGH THE LAW FIRM IN COLLECTING DEBTS

Jurcelles de Mello Rodrigues Júnior¹

Eduardo Calheiros Bigeli²

RESUMO: As notificações extrajudiciais são frequentemente utilizadas em situações como cobrança de dívidas, resolução de disputas contratuais, chamarem testemunhas em processos judiciais, etc. Isso geralmente envolve o envio de uma carta ou documento oficial. Isso geralmente é enviado por meio de um notário ou tabelião público. Para ter certeza de que você está protegido. O objetivo geral deste estudo foi analisar os aspectos e eficácia da notificação extrajudicial como forma de cobrança de débitos, empregando sua aplicabilidade. A metodologia será dedutiva de pesquisa, ou seja, a partir da formulação de problemas gerais sobre judicialização das ações, buscar as posições teóricas, literárias, legislativas e jurisprudenciais que as sustentam ou impeachment deles, o que acabaria por levar à legitimidade, velocidade e a eficiência dos escritórios de advocacia com as notificações extrajudiciais como meio de recebimento de dívidas. Constatou-se como resultado que o ato de notificação extrajudicial pode desempenhar uma função crucial no estabelecimento de provas para potenciais processos judiciais. Através da documentação oficial das trocas de comunicação e da preservação de um registro abrangente detalhando as acusações e pedidos apresentados, pode servir como prova substancial em qualquer conflito jurídico futuro.

2884

Palavras-chave: Notificação Extrajudicial. Cobrança. Dívidas.

ABSTRACT: Out-of-court notifications are often used in situations such as debt collection, resolving contractual disputes, calling witnesses in court cases, etc. This usually involves sending an official letter or document. This is usually sent through a notary or notary public. The general objective of this study was to analyze the aspects and effectiveness of extrajudicial notification as a form of debt collection, employing its applicability. The methodology will be deductive research, i.e. from the formulation of general problems about the judicialization of actions, to seek the theoretical, literary, legislative and jurisprudential positions that support or impeach them, which would ultimately lead to the legitimacy, speed and efficiency of law firms with out-of-court notifications as a means of collecting debts. As a result, it was found that the act of out-of-court notification can play a crucial role in establishing evidence for potential legal proceedings. Through the official documentation of communication exchanges and the preservation of a comprehensive record detailing the charges and claims made, it can serve as substantial evidence in any future legal conflict.

Keywords: Extrajudicial Notification. Collection. Debts.

¹Acadêmico do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), campus Dianópolis/TO.

²Especialista em Direito Penal pela Universidade Federal de Goiás (UFG); Docente do curso de Direito da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), campus Dianópolis/TO. ORCID ID: 0000-0001-7964-8464.

I. INTRODUÇÃO

A notificação extrajudicial é um instrumento legal em que uma parte notifica formalmente a outra parte sobre uma situação ou reclamação específica fora do processo judicial. Seu objetivo é oficializar uma notificação, uma denúncia, uma intimação ou qualquer outra comunicação que deva ser documentada.

A história da notificação extrajudicial remonta aos antigos sistemas jurídicos, nos quais a comunicação formal entre as partes era necessária para garantir a legalidade das ações. Esta prática evoluiu ao longo do tempo e é aceita em muitos sistemas jurídicos em todo o mundo.

As notificações extrajudiciais são frequentemente utilizadas em situações como cobrança de dívidas, resolução de disputas contratuais, chamar testemunhas em processos judiciais, etc. Isso geralmente envolve o envio de uma carta ou documento oficial. Isso geralmente é enviado por meio de um notário ou tabelião público. Para ter certeza de que você está protegido.

Como notificações extrajudiciais servem para manifestar vontade a alguém sobre assunto juridicamente relevante, elas servem para *quase* qualquer assunto. Trata-se de instrumento extremamente flexível, que se pode adaptar a vários usos (NASCIMENTO, 2023). Como meio mais utilizado as notificações entregues pessoalmente ao devedor por intermédio do advogado.

“Quem tiver interesse em manifestar formalmente sua vontade a outrem sobre assunto juridicamente relevante poderá notificar pessoas participantes da mesma relação jurídica para dar-lhes ciência de seu propósito (artigo 176 CPC).”

Qual é a eficácia da notificação extrajudicial como instrumento para a recuperação de débitos financeiros por intermédio de escritório de advocacia, comparada às abordagens legais tradicionais, e quais são os principais desafios e benefícios associados a essa abordagem?

Basicamente, uma notificação extrajudicial funciona como um comunicado externo de um processo judicial. Esta operação legal pode ser utilizada durante uma fase amigável para comunicar uma pessoa acerca de um pedido, e evitar um futuro processo judicial (FIINCH, 2023).

A notificação pode ser realizada por advogado mediante procuração do interessado para que seja exercido o seu direito, diante desses fatores o advogado irá agir como mediador

da negociação, com a entrega confirmada da notificação ao devedor gera um interesse de resolução do problema, gerando assim uma possível desobstrução do judiciário, por fatores a serem discutidos ao longo do artigo.

A ideia de se recorrer a notificação extrajudicial por intermédio do escritório de Advocacia no Recebimento de Dívidas, poderá se constituir como forma administrativa potencialmente eficiente ágil e necessária.

A judicialização de ações onera e infla o poder judiciário, o que ocasiona aumento do volume de processos, burocratização, considerando que nem sempre assegura a afetividade, e ainda que o desfecho do litígio poderá exigir um tempo maior para sua resolução.

O estudo do tema poderá contribuir para comprovar possível relevância da eficácia da notificação extrajudicial como meio viável na cobrança de débitos, sendo que busca reduzir a judicialização de ações no judiciário, via consequência desafogar o Poder Judiciário.

Contudo, discorrer sobre o tema em muito contribuirá para a construção de conhecimentos, aplicação destes na práxis jurídica, conferindo melhor entendimento da dinâmica do direito, contribuindo assim na solução pacífica de conflitos, instigação de debates e, conseqüente, aperfeiçoamento da matéria.

Esta é uma abordagem qualitativa que visa alcançar objetivos, a leitura será realizada paralelamente a trabalhos teóricos, artigos publicados, periódicos, comparações de estudos e relatórios preparados e jurisprudência Tribunal, buscando avaliar a verdadeira eficácia das notificações extrajudiciais, descrição, explicação as questões levantadas, comparar melhor as ideias com informações sobre o tópico em foco. Começa com conceitos gerais, seguidos de preposições específicas, as investigações serão manipuladas numa análise crítica e reflexiva da realidade. Abordar o objeto deste estudo e servir como meio para atingir esse objetivo.

Os objetivos propostos serão adotados como base lógica para orientar o processo Método dedutivo de pesquisa, ou seja, a partir da formulação de problemas gerais sobre judicialização das ações, buscar as posições teóricas, literárias, legislativas e jurisprudenciais que as sustentam ou impeachment deles, o que acabaria por levar à legitimidade, velocidade e a eficiência dos escritórios de advocacia com as notificações extrajudiciais como meio de recebimento de dívidas.

2. A NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Discorrer sobre a notificação extrajudicial é de suma importância tendo em vista que ela é uma ferramenta muito utilizada na busca de soluções alternativas na resolução de várias modalidades de conflitos, dentre eles a cobrança de débitos em busca da resolução amigável e possivelmente eficaz. A notificação extrajudicial traz sua formalidade no artigo 726 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil):

Art. 726. Quem tiver interesse em manifestar formalmente sua vontade a outrem sobre assunto juridicamente relevante poderá notificar pessoas participantes da mesma relação jurídica para dar-lhes ciência de seu propósito. Ou seja o artigo trás de forma clara que o dispositivo é usado para notificar os participantes da mesma relação jurídica.

As Notificações Extrajudiciais são uma das competências atribuídas ao Registro de Títulos e Documentos, dispostas no artigo 160 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73). As notificações são de origem judicial e extrajudicial, as primeiras são aquelas determinadas pelo juiz, entregues por oficiais de justiça, que tem a finalidade de intimar alguém a fazer ou deixar de fazer alguma coisa (ELY; JUCHUM, 2021).

A notificação extrajudicial serve como ferramenta para a resolução de conflitos de qualquer ordem antes que seja proposta uma ação judicial. Assim, nos casos do não cumprimento da notificação, o direito do notificante poderá estar violado e então, será proposta uma ação judicial para reconhecimento do seu direito. Daí a necessidade da elaboração deste artigo que teve por finalidade suscitar o conhecimento do leitor sobre a importância das notificações extrajudiciais, bem como sua disposição do mundo jurídico segundo (SIPRIANO, ANJOS, 2022).

2887

As notificações extrajudiciais são frequentemente utilizadas em situações como cobrança de dívidas, resolução de disputas contratuais, chamarem testemunhas em processos judiciais, etc. Isso geralmente envolve o envio de uma carta ou documento oficial. Isso geralmente é enviado por meio de um notário ou tabelião público. Para ter certeza de que você está protegido.

Recomendam-se dois meios tradicionais: a notificação por cartório, e a notificação por correspondência com aviso de recebimento (AR). – Falar sobre como fazer uma notificação extrajudicial (NASCIMENTO, 2023).

Existem dois meios que podem ser feitos a notificação extrajudicial que são: a notificação por cartório e a notificação por correspondência com aviso de recebimento (AR). A notificação por cartório tem alto custo e é indicada quando exige um grau maior de formalidade. Na qual, o notificante deve dirigir-se a um cartório de títulos e documentos,

com a notificação pronta de preferência e pedir ao cartório que faça a notificação (NASCIMENTO, 2023).

Já a notificação por correspondência com aviso de recebimento, quando comparada à notificação por cartório se torna uma alternativa mais barata, que tem praticamente os mesmos efeitos jurídicos.

Segundo Nascimento (2023, p.1):

Para fazê-la, basta redigir a notificação, colocá-la num envelope, levar a correspondência à agência dos Correios mais próxima e solicitar o envio com aviso de recebimento. Os Correios entregarão um pequeno formulário, que deve ser preenchido à mão ou impresso (colando os dados impressos do remetente e destinatário sobre os campos do formulário). Depois de postada a notificação, é preciso aguardar a devolução do A.R.F

A notificação extrajudicial é recomendada em situações em que seja preciso formalizar uma comunicação oficial entre as partes em um conflito ou questão legal. Quando há valores em atraso, uma notificação pode ser enviada para cobrar o pagamento da dívida, estabelecendo um prazo para a quitação antes de tomar medidas judiciais (GALVÃO; SILVA, 2023).

O envio da notificação extrajudicial em muitos casos é importante que seja oferecida aos envolvidos, para que tenha conhecimento de uma possível ação, sendo assim que possa solucionar amigavelmente antes da judicialização que pode demonstrar assim se ambas as partes estavam interessada e notificadas sobre o problema que viria a ser judicializado posteriormente.

É importante que o dispositivo seja utilizado por intermédio de advogados com conhecimento necessário com o jurídico, a formalidade, a competência adequada para tratar o problema, a estratégia e orientação das partes envolvidas.

Ao encaminharmos uma notificação para pessoa física ou jurídica se espera após o recebimento da mesma o contato da parte notificada para que possam tentar um acordo, além da segurança jurídica de ter notificado antes da ação, o que pode ser resolvido amigavelmente por intermédio de advogado o conflito e sanar futuras ações ao judiciário. Tendo em vista que o notificado tem direito a ampla defesa podendo assim contra notificar a notificação se não reconhecer os fatos ou não estiver de acordo.

Para Marson (2023), contra notificação extrajudicial é uma resposta formal a uma notificação recebida, ocorrendo fora do âmbito judicial. Ela serve para contestar, esclarecer

ou concordar com os pontos levantados na notificação original, sem a necessidade de iniciar um processo em tribunal.

A Notificação leva oficialmente ao conhecimento de determinada pessoa o texto de um documento registrado, por meio de oficial portador de fé pública. É a prova incontestável de se ter dado conhecimento de teor de qualquer documento. E se espera uma resolução amigável com êxito (TÔRRES, 2018).

Embora a questão seja mais educacional do que jurídica, o Poder Judiciário não tem conseguido cumprir com seu papel, ou seja, de atender as demandas com rapidez e eficiência. Uma das questões envolvendo a demora na prestação jurisdicional é o crescente número de ações que são ajuizadas, muitas delas desnecessárias, sendo que boa parte poderia ser resolvida pelas próprias partes de forma extrajudicial (TÔRRES, 2018).

Assim, conclui que os meios alternativos para solução de conflitos além de ser um aparato que facilita o Acesso à Justiça, proporcionam mais segurança e agilidade na prestação jurisdicional, pois apresenta maior envolvimento das partes na tomada de decisões. Apesar de já existirem, sua aplicação ganhou força com a vinda do Novo Código de Processo Civil, onde buscou tratar de maneira mais abrangente esse instituto (POZZER, 2016, p.1).

Para Galvão e Silva (2023), a importância de um advogado especialista em notificação extrajudicial está no fato do profissional possuir: conhecimento jurídico especializado, redação adequada, orientação personalizada, identificação de estratégias, prevenção de litígios, segurança jurídica, representação profissional e negociações eficazes. Esses fatores irão te auxiliar a ter eficácia em sua notificação ela sendo enviada via cartório, AR ou meio digital.

2889

Vale ressaltar que a notificação extrajudicial não é obrigatória em todas as circunstâncias, mas pode ser recomendada como meio de comunicação formal entre as partes e busca de resolução extrajudicial do conflito. O aviso deve ser elaborado e enviado com cuidado e com orientação adequada para garantir a validade e validade do documento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A notificação extrajudicial serve como meio formal de comunicação no direito civil, comercial e empresarial. Permite que as partes transmitam as suas posições, exigências ou pedidos umas às outras sem envolver o sistema judicial. Este instrumento jurídico desempenha um papel crucial na documentação e formalização de intenções.

A natureza formal e legalmente reconhecida da notificação extrajudicial é o seu principal diferencial. É imprescindível que esta notificação forneça informações precisas e

abrangentes sobre a reclamação, demanda ou solicitação feita pelo remetente. Além disso, deve identificar claramente a parte receptora e fornecer detalhes contextuais da comunicação. Isto engloba informações essenciais como os nomes e endereços das partes envolvidas, um relato detalhado dos fatos pertinentes, a base jurídica e prazos especificados para resposta ou ações necessárias, entre outros elementos cruciais.

A ação inicial para resolver conflitos e questões jurídicas envolve a notificação extrajudicial. Esta etapa crucial permite que uma parte comunique os seus direitos, interesses ou preocupações à outra parte, facilitando a busca de uma resolução mutuamente aceitável fora do tribunal. Esta abordagem revela-se particularmente benéfica em cenários em que as partes pretendem contornar as despesas e a morosidade dos processos judiciais, ou quando priorizam a preservação de uma ligação comercial ou pessoal harmoniosa.

Além disso, o ato de notificação extrajudicial pode desempenhar uma função crucial no estabelecimento de provas para potenciais processos judiciais. Através da documentação oficial das trocas de comunicação e da preservação de um registro abrangente detalhando as acusações e pedidos apresentados, pode servir como prova substancial em qualquer conflito jurídico futuro.

É fundamental destacar que a notificação extrajudicial não garante a resolução de um conflito. Caso o destinatário não reconheça ou se recuse a cumprir as exigências ou estipulações descritas na notificação, o remetente poderá optar por recorrer legalmente, como iniciar uma ação judicial. Nesses casos, a notificação extrajudicial pode servir como prova da tentativa do remetente de resolver o conflito amigavelmente antes de recorrer aos tribunais.

2890

REFERENCIAS

BRASIL. Código Civil. In: Vade Mecum Saraiva. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

ELY, G. D; JUCHUM, M. A INTIMAÇÃO EXTRAJUDICIAL POR HORA CERTA DO DEVEDOR FIDUCIÁRIO: Teoria e prática no registro de títulos e documentos. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, v. 13, n. 2, p. 179-190, 2021. ISSN 2176-3070 DOI: <http://dx.doi.org/10.22410/issn.2176-3070.v13i2a2021.2935>. Disponível em: <http://univates.br/revistas/index.php/destaques/article/view/2935/1848>. Acesso em: 11 set. 2023.

FIINCH. **Notificações extrajudiciais**: entenda a importância desses documentos legais. São Paulo, 2023. Disponível em: https://finchsolucoes.com.br/pt_br/entenda-notificacoes-

